**31ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA****"SERVIX INFORMATICA LTDA"****CNPJ nº 01.134.191/0001-47****NIRE nº 35.213.710.314**

Por este instrumento particular de alteração, os sócios:

(a) VANDERLEI ARCANJO CARNEIRO CALEJON, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 5.412.384-7 SSP/SP e do CPF nº 736.875.028-72, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado da São Paulo, na Rua Pequetita, nº 215, 7º andar, Vila Olímpia – CEP 04552-060 ("Vanderlei");

(b) HEITOR SAKODA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 6.557.220 SSP/SP e do CPF nº 014.107.698-44, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado da São Paulo, na Rua Pequetita, nº 215, 7º andar, Vila Olímpia – CEP 04552-060 ("Heitor");


(c) CLEBER AUGUSTO CALEJON, brasileiro, nascido em 11/11/1975, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 25.127.646-6 e do CPF nº 286.718.678-11, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado da São Paulo, na Rua Pequetita, nº 215, 7º andar, Vila Olímpia – CEP 04552-060 ("Cleber"); e

(d) FELIPE RABANÉA DE SOUZA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 25.421.105-7 e do CPF nº 296.829.688-44, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado da São Paulo, na Rua Pequetita, nº 215, 7º andar, Vila Olímpia – CEP 04552-060 ("Felipe").

Únicos sócios da sociedade empresária limitada de nome **SERVIX INFORMATICA LTDA**, constituída legalmente por contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.213.710.314 e última Alteração Contratual Consolidada registrada sob o nº 399.039/18-1, em sessão de 22/08/2018, com sede na Rua Pequetita, 215, 7º Andar – Vila Olímpia – CEP: 04552-060 – São Paulo/SP resolvem alterar e consolidar o Contrato Social pelas cláusulas seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DO QUADRO SOCIETÁRIO

- A) Retira-se da sociedade o Sr. **FELIPE RABANÉA DE SOUZA**, já qualificado anteriormente, que cede e transfere a título oneroso a totalidade de suas quotas, sendo um montante de 842.400 (oitocentos e quarenta e dois mil e quatrocentas) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, perfazendo o total de R\$ 842.400,00 (oitocentos e quarenta e dois mil e quatrocentos reais) a sócia ora admitida, a Sra. **MARIANA ROCHA CALEJON**, brasileira, solteira, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 30.759.913-9 SSP/SP e no CPF nº 220.497.858-28, com endereço comercial no Município de São Paulo, Estado da São Paulo, na Rua Pequetita, nº 215, 7º andar, Vila Olímpia – CEP 04552-060 ("Mariana");


VANDERLEI A. C. CALEJON


HEITOR SAKODA


CLEBER AUGUSTO CALEJON


FELIPE RABANÊA DE SOUZA


MARIANA R. CALEJON



- B) O sócio **VANDERLEI ARCANJO CARNELO CALEJON**, já qualificado anteriormente, cede e transfere, a título oneroso, um montante de 737.100 (setecentos e trinta e sete mil e cem mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, perfazendo o total de R\$ 737.100,00 (setecentos e trinta e sete mil e cem mil reais) á sócia ora admitida Sra. **MARIANA ROCHA CALEJON**, já qualificada acima; e
- C) O sócio **VANDERLEI ARCANJO CARNELO CALEJON**, já qualificado anteriormente, cede e transfere, a título oneroso, um montante de 621.270 (seiscentos e vinte e um mil, duzentos e setenta) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, perfazendo o total de R\$ 621.270,00 (seiscentos e vinte e um mil e duzentos e setenta reais) ao sócio remanescente, Sr. **CLEBER AUGUSTO CALEJON**, já qualificado acima.

Em virtude das alterações acima descritas, a Cláusula Quarta do Contrato Social passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA - CAPITAL SOCIAL

Fica convencionada a quantia de R\$ 10.530.000,00 (dez milhões quinhentos e trinta mil reais), correspondentes ao capital social, dividido em 10.530.000 (dez milhões, quinhentos e trinta mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscrito e integralizado neste ato em moeda corrente nacional e dividido entre os sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	%	QUOTAS	VALOR DAS QUOTAS
VANDERLEI ARCANJO CARNELO CALEJON	52,95%	5.575.635	R\$ 5.575.635,00
HEITOR SAKODA	17,05%	1.795.365	R\$ 1.795.365,00
CLEBER AUGUSTO CALEJON	15%	1.579.500	R\$ 1.579.500,00
MARIANA ROCHA CALEJON	15%	1.579.500	R\$ 1.579.500,00
TOTAL	100%	10.530.000	R\$ 10.530.000,00

Parágrafo Primeiro - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, na forma do artigo 1.052 da Lei 10.406/02.

Parágrafo Segundo - As quotas representativas do capital social são indivisíveis em relação à Sociedade e cada uma delas dá direito a um voto nas deliberações sociais.

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO CADASTRAL DOS SÓCIOS

Resolvem os sócios neste ato, corrigir a grafia de seus respectivos endereços, sendo correto às seguintes qualificações:

“(a) **VANDERLEI ARCANJO CARNELO CALEJON**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 5.412.384-7 SSP/SP e do CPF nº 736.875.028-72, com endereço comercial no Município de São Paulo, Estado da São Paulo, na Rua Pequetita, nº 215, 7º andar, Vila Olímpia – CEP 04552-060 (“Vanderlei”);

VANDERLEI A. C. CALEJON

HEITOR SAKODA

CLEBER AUGUSTO CALEJON

FELIPE RABANEA DE SOUZA

MARIANA R. CALEJON

CLEBER GUEDES ALVES

VINICIUS SANTOS ROCHA



(b) **HEITOR SAKODA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 6.557.220 SSP/SP e do CPF nº 014.107.698-44, com endereço comercial no Município de São Paulo, Estado da São Paulo, na Rua Pequetita, nº 215, 7º andar, Vila Olímpia – CEP 04552-060 ("Heitor");

(c) **CLEBER AUGUSTO CALEJON**, brasileiro, nascido em 11/11/1975, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 25.127.646-6 e do CPF nº 286.718.678-11, com endereço comercial no Município de São Paulo, Estado da São Paulo, na Rua Pequetita, nº 215, 7º andar, Vila Olímpia – CEP 04552-060 ("Cleber"); e

(d) **MARIANA ROCHA CALEJON**, brasileira, solteira, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 30.759.913-9 SSP/SP e no CPF nº 220.497.858-28, com endereço comercial no Município de São Paulo, Estado da São Paulo, na Rua Pequetita, nº 215, 7º andar, Vila Olímpia – CEP 04552-060 ("Mariana").

CLAUSULA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO DA CLAUSULA DE ADMINISTRAÇÃO

Em virtude das alterações acima descritas, a Cláusula Sétima do Contrato Social passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SÉTIMA - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Composição. A administração da Sociedade será exercida por uma Diretoria, composta por no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 4 (quatro) Diretores, sócios ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis pelos sócios, com mandato por prazo indeterminado, sendo 1 (um) Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica. O cargo de Diretor Presidente é de preenchimento obrigatório.

Parágrafo Primeiro – Fica acordado que a sociedade é administrada pelos sócios: VANDERLEI ARCANJO CARNIELO CALEJON, HEITOR SAKODA, CLEBER AUGUSTO CALEJON e MARIANA ROCHA CALEJON, conforme regras estabelecidas neste Contrato Social. Os administradores se obrigam a zelar pela observância da lei e deste Contrato Social e pela execução das deliberações dos sócios.

Parágrafo Segundo – O sócio administrador VANDERLEI ARCANJO CARNIELO CALEJON é o Diretor Presidente da Sociedade, dispondo dos poderes especiais de gestão estabelecidos neste Contrato Social.

Parágrafo Terceiro – Os diretores serão designados pelos sócios em reunião ou no Contrato Social, cujo instrumento levado a arquivamento no Registro Público de Empresas Mercantis, valerá como comprovante adequado da designação.

Parágrafo Quarto – Na ausência ou impedimento permanente de qualquer dos Diretores, seu substituto será nomeado em deliberação de sócios a ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias após o evento que der causa a tal vacância, com o objetivo de eleger o novo Diretor, que completará o prazo do mandato em curso.

Parágrafo Quinto – No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro da Diretoria, o Diretor ausente ou temporariamente impedido poderá nomear outro membro da Diretoria, mediante procuração, para que este

VANDERLEI A. C. CALEJON

HEITOR SAKODA

CLEBER AUGUSTO CALEJON

FELIPE RABÊNEA DE SOUZA

MARIANA R. CALEJON

KLEBER GUEDES ALVES

VINÍCIUS SANTOS ROCHA



vote em seu nome nas reuniões da Diretoria. Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, sob a pena de perda de mandato, salvo em caso de licença concedida pela própria Diretoria.

CLAUSULA QUARTA - DA CONSTITUIÇÃO DE UMA FILIAL

Com o objetivo de expandir suas atividades mercantis, os sócios de comum acordo resolvem constituir uma filial situada na Rua Onze de Junho, nº 189, Térreo, Sala 403, Fazenda, Itajaí, SC, CEP 88.301-660, destacando-se para esta unidade o capital social a parte de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e o objeto social de:

- I) Comércio atacadista, exportação e importação de produtos eletrônicos ligados a informática e telecomunicação, peças e acessórios para equipamentos de telecomunicação, inclusive papéis, formulários, fitas, software básico e aplicativos;
- II) Prestação de serviços de:
 - a. Instalação e montagem de equipamentos de informática e telecomunicação;
 - b. Conserto, restauração, manutenção e conservação de equipamentos de informática, de telecomunicação e demais equipamentos eletro- eletrônicos;
 - c. Elaboração de projetos de rede de informática e de telecomunicação;
 - d. Assessoria e consultoria na área de informática e telecomunicação;
 - e. Treinamento e instrução em software para terceiros;
 - f. Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação, inclusive distribuição;
 - g. Suporte técnico em informática e telecomunicação inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados;
 - h. Intermediação de negócios de equipamentos ligados a informática e telecomunicação; Locação de equipamentos de informática e telecomunicação; e
 - i. Desenvolvimento de programas de computação.

CLAUSULA QUINTA - DA CONSOLIDAÇÃO

Diante das alterações ocorridas, o contrato social passa ter a seguinte redação consolidada:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

"SERVIX INFORMATICA LTDA"

CNPJ nº 01.134.191/0001-47

NIRE nº 35.213.710.314

VANDERLEI A. C. CALEJON

HEITOR SAKODA

CLEBER AUGUSTO CALEJON

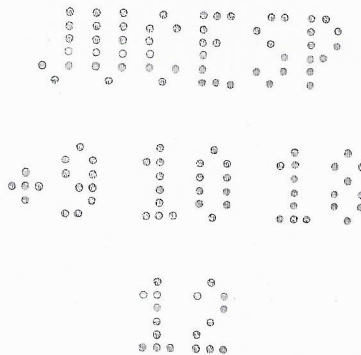
FELIPE RABANEIA DE SOUZA

MARIANA R. CALEJON

KLEBER QUEDES ALVES

VINICIUS SANTOS ROCHA





Por este instrumento particular de consolidação os sócios:

(a) VANDERLEI ARCANJO CARNEIRO CALEJON, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 5.412.384-7 SSP/SP e do CPF nº 736.875.028-72, com endereço comercial no Município de São Paulo, Estado da São Paulo, na Rua Pequetita, nº 215, 7º andar, Vila Olímpia – CEP 04552-060 ("Vanderlei");

(b) HEITOR SAKODA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 6.557.220 SSP/SP e do CPF nº 014.107.698-44, com endereço comercial no Município de São Paulo, Estado da São Paulo, na Rua Pequetita, nº 215, 7º andar, Vila Olímpia – CEP 04552-060 ("Heitor");

(c) CLEBER AUGUSTO CALEJON, brasileiro, nascido em 11/11/1975, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 25.127.646-6 e do CPF nº 286.718.678-11, com endereço comercial no Município de São Paulo, Estado da São Paulo, na Rua Pequetita, nº 215, 7º andar, Vila Olímpia – CEP 04552-060 ("Cleber"); e

(d) MARIANA ROCHA CALEJON, brasileira, solteira, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 30.759.913-9 SSP/SP e do CPF nº 220.497.858-28, com endereço comercial no Município de São Paulo, Estado da São Paulo, na Rua Pequetita, nº 215, 7º andar, Vila Olímpia – CEP 04552-060 ("Mariana").

Únicos sócios da sociedade empresária limitada de nome "**SERVIX INFORMATICA LTDA**", constituída legalmente por contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.213.710.314 e última Alteração Contratual Consolidada registrada sob o nº 399.039/18-1, em sessão de 22/08/2018, com sede na Rua Pequetita, 215, 7º Andar – Vila Olímpia – CEP: 04552-060 – São Paulo/SP, consolidam o Contrato Social pelas cláusulas seguintes:


CLÁUSULA PRIMEIRA - DENOMINAÇÃO SOCIAL E SEDE


A sociedade gira sob a denominação social de "**SERVIX INFORMATICA LTDA**", e seu uso será obrigatório em todas as operações sociais da sociedade.


Parágrafo Único – A sociedade é regida pelas disposições deste contrato social, pelos artigos da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, aplicáveis as sociedades limitadas, bem como, da forma supletiva pela Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e demais dispositivos pertinentes a matéria.

A sociedade tem sua sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Rua Pequetita, nº 215, 7º Andar – Vila Olímpia – CEP 04552-060, com filiais constituídas nas seguintes localidades:

- **0002-28** – Situada à Sig, Quadra 4, Lote 125, Bloco A, Salas 01 e 02, Cruzeiro, CEP: 70610-440 – Brasília/DF, registrada sob o NIRE nº 53.999.032.660 e inscrita no CNPJ sob o nº 01.134.191/0002-28, destacando-se o Capital Social a parte de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);


VANDERLEI A. C. CALEJON


HEITOR SAKODA


CLEBER AUGUSTO CALEJON


FELIPE RABAEA DE SOUZA


MARIANA R. CALEJON


KLEBER GUEDES ALVES


VINICIUS SANTOS ROCHA



- **0003-09** - Situada à Rua Santos Dumont, nº 57, Sala 202, Centro, CEP: 45653-380 – Ilhéus/BA, registrada sob o NIRE nº 29.999.103.819 e inscrita no CNPJ sob o nº 01.134.191/0003-09, destacando-se o Capital Social a parte de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- **EM PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO** - Situada à Rua Rodrigo Silva, nº 18, 2º Andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.011-040, destacando-se o Capital Social a parte de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
- **EM PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO** – Situado à Avenida Segunda Avenida, S/nº, Quadra 01 B, Lote 42/44, Edifício Atlanta Business Center, 4º Andar, Sala 5, Condomínio Empresarial Village, bairro Cidade Vera Cruz, Aparecida de Goiânia, GO, CEP 74.934-605, destacando-se o Capital Social a parte de R\$ 100.000,00 (cem mil reais); e
- **EM CONSTITUIÇÃO** - Situada à na Rua Onze de Junho, nº 189, Térreo, Sala 403, Fazenda, Itajaí, SC, CEP 88.301-660, destacando-se o Capital Social a parte de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO SOCIAL

A sociedade terá por objeto social:


- (I) Comércio atacadista, exportação e importação de produtos eletrônicos ligados a informática e telecomunicações, peças e acessórios para equipamentos de telecomunicação, inclusive papéis, formulários, fitas, softwares básico e aplicativos.
- (II) Prestação de Serviço de:
 - a) Instalação e montagem de equipamentos de informática e telecomunicações;
 - b) Consertos, restauração, manutenção e conservação de equipamentos eletro-eletrônicos;
 - c) Elaboração de projetos de rede de informática e de telecomunicações;
 - d) Assessoria e consultoria na área de informática e telecomunicações;
 - e) Treinamento e instrução em software para terceiros;
 - f) Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação, inclusive distribuição;
 - g) Suporte técnico em informática e telecomunicação inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados;
 - h) Intermediação de negócios de equipamentos ligados a informática e telecomunicação; Locação de equipamentos de informática e telecomunicação; e
 - i) Desenvolvimento de programas de computação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DURAÇÃO

A sociedade iniciou suas atividades em 10/04/1996 e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA - CAPITAL SOCIAL

Fica convencionada a quantia de R\$ 10.530.000,00 (dez milhões quinhentos e trinta mil reais), correspondentes ao capital social, dividido em 10.530.000 (dez milhões, quinhentos e trinta mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscrito e integralizado neste ato em moeda corrente nacional e dividido entre os sócios da seguinte forma:


VANDERLE A. C. CALEJON


HEITOR SAKODA


CLEBER AUGUSTO CALEJON


FELIPE RABANEA DE SOUZA


MARIANA R. CALEJON


KLEBER GUEDES ALVES


VINICIUS SANTOS ROCHA



SÓCIOS	%	QUOTAS	VALOR DAS QUOTAS
VANDERLEI ARCANJO CARNIELO CALEJON	52,95%	5.575.635	R\$ 5.575.635,00
HEITOR SAKODA	17,05%	1.795.365	R\$ 1.795.365,00
CLEBER AUGUSTO CALEJON	15%	1.579.500	R\$ 1.579.500,00
MARIANA ROCHA CALEJON	15%	1.579.500	R\$ 1.579.500,00
TOTAL	100%	10.530.000	R\$ 10.530.000,00

Parágrafo Primeiro - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, na forma do artigo 1.052 da Lei 10.406/02.

Parágrafo Segundo - As quotas representativas do capital social são indivisíveis em relação à Sociedade e cada uma delas dá direito a um voto nas deliberações sociais.

CLAUSULA QUINTA - DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

As deliberações dos sócios previstas em lei ou neste Contrato Social serão tomadas em reuniões de sócios, em alterações do contrato social ou outros atos de deliberação.

Parágrafo Primeiro - As reuniões serão convocadas pela administração da Sociedade ou pelos sócios, conforme estipulado na legislação aplicável ou neste Contrato Social, conforme se entenda necessário. As reuniões serão convocadas por escrito, mediante carta registrada ou protocolada ou e-mail, com 8 (oito) dias de antecedência em primeira convocação e, em convocação (se necessário), com 5 (cinco) dias de antecedência.

Parágrafo Segundo - As reuniões poderão ser dispensadas nos casos expressamente previstos neste Contrato Social, assim como no caso de todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria a elas sujeitas. Ficam dispensadas as formalidades de convocação sempre que todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia de reunião.

Parágrafo Terceiro - Serão considerados presentes à respectiva reunião, os sócios que transmitirem seu voto por carta, telegrama, fac-símile, correio eletrônico, ou qualquer outra forma escrita.

Parágrafo Quarto - As reuniões instalam-se, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, ¾ (três quartos) do capital social da Sociedade, e, em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo Quinto - As reuniões serão presididas por "Vanderlei", salvo se de outra forma deliberado por sócio, ou sócios, representando a maioria do Capital Social da Sociedade. Cabe ao presidente da reunião a escolha do secretário.

Parágrafo Sexto - Qualquer sócio poderá ser representado na deliberação por outro sócio, ou por advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados, nos termos da Lei Aplicável.

Parágrafo Sétimo - As deliberações dos sócios serão tomadas pelos votos do sócio ou sócios titulares de mais da metade do Capital Social, nos casos em que não estiver expressamente previsto maior quorum em Lei ou neste Contrato social.

VANDERLEI A. C. CALEJON

HEITOR SAKODA

CLEBER AUGUSTO CALEJON

FELIPE RABANEJA DE SOUZA

MARIANA R. CALEJON

CLEBER GUEDES ALVES

VINÍCIUS SANTOS ROCHA



Parágrafo Oitavo – Das deliberações tomadas pelos sócios será lavrada, no livro de atas da assembléia, ata assinada pelos membros da mesa e por sócios participantes da reunião, quantos bastam à validade das deliberações, mas sem prejuízo dos que queiram assiná-la, que vinculará todos os sócios, presentes ou ausentes, para todos os efeitos de direito, obrigando os administradores da Sociedade, que deverão seguir estritamente as deliberações tomadas, nos termos do § 5º do Artigo 1072 do Código Civil.

CLÁUSULA SEXTA - MATÉRIAS

Sem prejuízo de eventuais outras matérias levadas à deliberação dos Sócios (incluindo, sem limitação, aquelas previstas na legislação aplicável), as seguintes matérias se encontram sujeitas à aprovação dos sócios em reunião:

- a) Eleição e destituição de administradores;
- b) Outorga de procuração com poderes para representar a Sociedade, observando o disposto na Cláusula 10 abaixo;
- c) Aprovação de operações de aquisição, fusão, incorporação, transformação de tipo societário, emissão ou alienação de quotas ou de ativos da Sociedade ou operação similar e investimentos em participações acionárias ou equivalentes que envolvam a Sociedade, direta ou indiretamente;
- d) Emissão ou resgate de títulos ou obrigações da Sociedade, bem como grupamento, conversão, resgate, recompra, reembolso ou amortização das quotas ou de quaisquer títulos conversíveis ou permutáveis em quotas da Sociedade;
- e) Assunção, pela Sociedade, de obrigações em favor de qualquer dos quotistas ou a prestação de garantias a obrigações de terceiro.
- f) Concessão de endosso, fianças, avais e/ou a oneração de quaisquer ativos da Sociedade para garantia de obrigações de terceiros;
- g) Oneração ou alienação de bens imóveis da Sociedade;
- h) Empréstimo de dinheiro ou transações com quaisquer instrumentos de débitos da Sociedade, exceto para os clientes da Sociedade no curso ordinário dos negócios;
- i) Aprovação de demonstrações financeiras da Sociedade;
- j) Abertura, encerramento ou liquidação de subsidiárias; e
- k) Liquidação ou dissolução da Sociedade, bem como a cessação de estado de liquidação e a apresentação de pedido voluntário da falência ou de recuperação judicial.

CLÁUSULA SÉTIMA - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Composição. A administração da Sociedade será exercida por uma Diretoria, composta por no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 4 (quatro) Diretores, sócios ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis pelos sócios, com mandato por prazo indeterminado, sendo 1 (um) Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica. O cargo de Diretor Presidente é de preenchimento obrigatório.

Parágrafo Primeiro – Fica acordado que a sociedade é administrada pelos sócios: VANDERLEI ARCANJO CARNEIRO CALEJON, HEITOR SAKODA, CLEBER AUGUSTO CALEJON e MARIANA ROCHA CALEJON, conforme regras estabelecidas neste Contrato Social. Os administradores se obrigam a zelar pela observância da lei e deste Contrato Social e pela execução das deliberações dos sócios.

Parágrafo Segundo - O sócio administrador VANDERLEI ARCANJO CARNEIRO CALEJON é o Diretor Presidente da Sociedade, dispondo dos poderes especiais de gestão estabelecidos neste Contrato Social.

VANDERLEI A. C. CALEJON

HEITOR SAKODA

CLEBER AUGUSTO CALEJON

FELIPE RABANEIA DE SOUZA

MARIANA R. CALEJON

CLEBER GUEDES ALVES



Parágrafo Terceiro - Os diretores serão designados pelos sócios em reunião ou no Contrato Social, cujo instrumento levado a arquivamento no Registro Público de Empresas Mercantis, valerá como comprovante adequado da designação.

Parágrafo Quarto - Na ausência ou impedimento permanente de qualquer dos Diretores, seu substituto será nomeado em deliberação de sócios a ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias após o evento que der causa a tal vacância, com o objetivo de eleger o novo Diretor, que completará o prazo do mandato em curso.

Parágrafo Quinto - No caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro da Diretoria, o Diretor ausente ou temporariamente impedido poderá nomear outro membro da Diretoria, mediante procuração, para que este vote em seu nome nas reuniões da Diretoria. Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, sob a pena de perda de mandato, salvo em caso de licença concedida pela própria Diretoria.

CLÁUSULA OITAVA - ATRIBUIÇÕES DA SOCIEDADE

Sujeito às deliberações aplicáveis dos sócios, conforme contemplado pelo presente Contrato Social, a Diretoria será responsável pelo gerenciamento, administração e supervisão diária dos negócios e assuntos da Sociedade e de todas as decisões relacionadas às atividades diárias da Sociedade.

Parágrafo Primeiro - Compete ao Diretor Presidente: (i) coordenar as atividades relacionadas com o planejamento geral da Sociedade; (ii) presidir as reuniões da Diretoria e deliberações de sócios; (iii) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; (iv) manter os sócios informados sobre as atividades da Sociedade e o andamento de suas operações; e (v) exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pelos sócios.

Parágrafo Segundo - Competem aos Diretores sem designação específica auxiliar o Diretor Presidente na coordenação, administração, direção e supervisão dos negócios da Sociedade, de acordo com as atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinados pelos sócios.

Parágrafo Terceiro - A Diretoria poderá realizar reuniões sempre que exigido pelo interesse societário e sempre que convocadas por quaisquer de seus membros, sendo de responsabilidade do presidente da reunião estabelecer a ordem do dia para tais reuniões. Todas e quaisquer regras a respeito das reuniões da Diretoria serão determinadas pela Diretoria.

CLÁUSULA NONA - REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE

A sociedade será representada pelos Diretores da seguinte forma:

Isoladamente, para representar a Sociedade ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, e perante terceiros, no Brasil ou no exterior, incluídas repartições ou autoridades da administração pública direta ou indireta, de âmbito federal, estadual ou municipal, autarquias, sociedades de economia mista e empresas públicas; e

Em conjunto, com apenas 1 (um) outro Diretor ou com procurador devidamente nomeado, para representar a Sociedade perante qualquer instituição financeira, Caixas Econômicas, suas agências e filiais.

VANDERLEI A. C. CALEJON

HEITOR SAKODA

CLEBER AUGUSTO CALEJON

FELIPE RABANEJA DE SOUZA

MARIANA R. CALEJON

KLEBER GUEDES ALVES

VINICIUS SANTOS ROCHA



Parágrafo Primeiro – Nos termos da Cláusula Sétima acima, os Diretores poderão nomear procuradores para agir em nome da Sociedade, cujos instrumentos de mandato estabelecerão os poderes que lhes serão atribuídos, observadas às limitações contidas neste Contrato Social. O prazo de vigência dos referidos instrumentos de mandato não poderá ser superior a 1 (um) ano, sendo vedado o substabelecimento de poderes, exceto nos casos de mandato judicial, hipótese na qual não será aplicado o prazo acima estabelecido.

Parágrafo Segundo – Fica desde já dispensado a realização de reuniões para aprovar a outorga, pela Sociedade para terceiros, de procurações com poderes de representação perante autoridades governamentais exclusivamente para a compra e venda de produtos e equipamentos relacionados aos setores de informática e telecomunicação (conforme previsto no objeto social da Sociedade). Em todo caso, (i) esse tipo de procuração será obrigatoriamente assinado pelo Diretor Presidente, isoladamente, ou por quaisquer outros 2 (dois) Diretores; e (ii) a eventual celebração de contratos e/ou a prestação de garantias relacionadas a esse tipo de operação ainda está sujeita à aprovação pelos sócios, nos termos e condições da Cláusula Sétima acima.

CLÁUSULA DÉCIMA – REMUNERAÇÃO DOS SÓCIOS

Os diretores terão direito a uma retirada mensal a título de pró-labore em valor a ser fixado pelos sócios em reunião de Sócios, de acordo com os interesses da Sociedade e observando os limites da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - TRANSFERÊNCIA OU ONERAÇÃO DE QUOTAS DA SOCIEDADE

Cessão e Oneração de Quotas – Observando o disposto na legislação aplicável, nenhum Sócio poderá transferir, constituir ônus ou de qualquer outra forma criar quaisquer restrições às suas quotas sem estrita observância aos termos deste Contrato Social e no Acordo de Sócios. Qualquer transferência ou constituição de ônus sobre as quotas efetuadas pelos sócios em desacordo com as disposições do presente Contrato Social e no Acordo de Sócios será nula e ineficaz em relação a Sociedade, aos demais sócios e a terceiros, e a Sociedade não formalizará a pretendida transmissão neste Contrato Social.

Parágrafo Único - A cessão ou oneração de quotas terá eficácia quanto a Sociedade e terceiros a partir da averbação no Registro Público de Empresas Mercantis do respectivo instrumento subscrito pelo sócio ou sócios anuentes.

Morte, incapacidade ou interdição de Sócio – Na hipótese de um evento de morte, interdição ou incapacidade civil comprovada de qualquer um dos sócios, de acordo com a legislação aplicável, as disposições específicas estabelecidas no Acordo dos Sócios em relação as quotas do sócio falecido ou incapacitado serão aplicáveis.

Separação Judicial – O cônjuge que se separou judicialmente de sócio não pode exigir desde logo a parte que lhe couber na Quota Social, mas concorre a divisão periódica dos lucros, até que se liquide a Sociedade, nos termos do Artigo 1028 do Código Civil e demais disposições legais aplicáveis.

Exclusão de Sócios – É permitida a exclusão de sócio por justa causa, nos termos e condições estabelecidas no Acordo de Sócios.

VANDERLEIA C. CALEJON

HEITOR SAKODA

CLEBER AUGUSTO CALEJON

FELIPE RABANEÁ DE SOUZA

MARIANA R. CALEJON

KLEBER GUEDES ALVES

VINICIUS SANTOS ROCHA



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DESTINAÇÃO DOS LUCROS

Exercício Social – O Exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro.

Contas dos Administradores – Ao fim de cada exercício social os administradores farão elaborar o balanço patrimonial, as demonstrações contábeis exigidas em lei, de acordo com a legislação societária (Lei das Sociedades por Ações) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Parágrafo Único – As contas dos Administradores e as demonstrações contábeis serão encaminhadas aos sócios ao término do exercício social e aprovadas pelos sócios, nos termos deste contrato social e do Acordo de Sócios.

Distribuição de Resultado – A sociedade poderá distribuir aos sócios, anualmente ou em períodos menores, e por antecipação, depois da dedução dos tributos, quantia equivalente a até a totalidade do lucro líquido apurado. Tal quantia deverá ser distribuída com base (i) no balanço patrimonial e nos demonstrativos de resultado da sociedade referentes ao exercício do semestre anterior à distribuição; ou (ii) nos balanços intermediários, intercalares ou de períodos menores da Sociedade, eventualmente levantados para tal fim de distribuição.

Parágrafo Primeiro – A sociedade poderá (i) levantar balanços intermediários, intercalares ou em períodos menores e, com base nesses balanços, distribuir lucros, e/ou (ii) distribuir e pagar juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Segundo – Os lucros da sociedade serão distribuídos aos seus sócios, sob a forma de dividendos ou juros sob o capital próprio, tanto proporcional como desproporcionalmente, conforme aprovado (inclusive em relação a critérios e alocação) por sócio ou sócios titulares de mais da metade do capital social da Sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FUSÃO, INCORPORAÇÃO, CISÃO E TRANSFORMAÇÃO

Fusão e Incorporação – A sociedade poderá ser fundida ou incorporada, a qualquer tempo, por deliberação de sócio ou sócios titulares de, no mínimo, ¾ (três quartos) do Capital Social.

Cisão e Transformação – A sociedade poderá ser cindida ou transformada, a qualquer tempo, por deliberação de sócios titulares de mais da metade do Capital Social.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO

Dissolução – Em caso de dissolução da Sociedade, o liquidante será indicado por sócio, ou sócios titulares de mais da metade do Capital Social. Nessa hipótese, os haveres da sociedade serão empregados na liquidação de suas obrigações e o remanescente, se houver, será rateado entre os sócios na proporção ao número de quotas que cada um possuir. Encerrada a liquidação, a Sociedade será declarada extinta por deliberação do sócio, ou sócios titulares de mais da metade do capital social.

VANDERLEI A. C. CALEJON

HEITOR RAKODA

CLEBER AUGUSTO CALEJON

FELIPE RABANEA DE SOUZA

MARIANA R. CALEJON

KLEBER GUEDES ALVES

VINÍCIUS SANTOS ROCHA



Parágrafo Único – A retirada, dissidência, extinção, morte, exclusão ou falência de qualquer dos sócios não dissolverá a Sociedade, que prosseguirá com os sócios remanescentes, a menos que estes, desde que representem no mínimo $\frac{3}{4}$ (três quartos) do Capital Social, resolvam dissolvê-la, ou que a eventual falta de pluralidade de sócios não seja sanada no prazo de 180 (cento e oitenta dias) contados do evento. Os haveres do sócio retirante, dissidente, extinto, morto, excluído ou falido serão calculados com base no último balanço patrimonial levantado pela Sociedade, e serão pagos a quem de direito, no prazo de 6 (seis) meses contados do evento, observando o disposto no Acordo de Sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONSELHO FISCAL

Fica estabelecido que a sociedade não terá conselho fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL

A sociedade poderá pedir recuperação judicial ou extrajudicial, por deliberação de sócio ou sócios titulares de mais da metade do Capital Social, salvo se houver urgência, caso em que os administradores podem requerer recuperação judicial, com autorização de sócios titulares de mais da metade do Capital Social.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ACORDO DE SÓCIOS

Os sócios e a Sociedade deverão observar os termos do Acordo dos Sócios datado em 23 de outubro de 2014, que se encontra devidamente arquivado na Sede Social ("Acordo de Sócios").

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - REGÊNCIA

A sociedade será regida pelo disposto neste Contrato Social, bem como, pelo estabelecido nos artigos 1.052 a 1.087 da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), aplicando-se, nos casos omissos, exclusiva e supletivamente a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (Lei das Sociedades por Ações).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

Quaisquer dúvidas e/ou controvérsias oriundas deste Contrato Social deverão ser dirimidas por meio de arbitragem a ser conduzida no Centro de Arbitragem **Amcham – American Chamber of Commercial for Brazil**, seguindo regras e procedimentos estabelecidos no acordo de sócios.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Os Administradores VANDERLEI ARCANDO CARNEIRO CALEJON, HEITOR SAKOTA, CLEBER AUGUSTO CALEJON e MARIANA ROCHA CALEJON, declaram sob as penas da lei que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

VANDERLEI A. C. CALEJON

HEITOR SAKOTA

CLEBER AUGUSTO CALEJON

FELIPE RABANEA DE SOUZA

MARIANA R. CALEJON

KLEBER GUEDES ALVES

MARIANA SANTOS ROCHA



JUCESP
 13

13

E, por estarem assim, justos e acertados, assinam o presente instrumento particular de Constituição de Sociedade Empresária Limitada em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença, infra-assinadas, de 2 (duas) testemunhas a que todo ato assistiram, arquivando-se a primeira via na **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**.

São Paulo, 17 de Setembro de 2018.

SÓCIO RETIRANTE

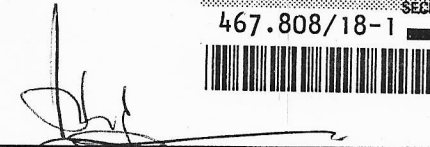

 FELIPE RABANÊA DE SOUZA

RG nº 25.421.105-7 SSP/SP

SÓCIOS


 VANDERLEI ARCANJO CARNEIRO CALEJON

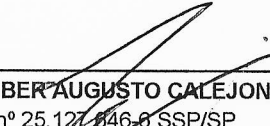
RG nº 5.412.384-7 SSP/SP


 HEITOR SAKODA

RG nº 6.557.220 SSP/SP


 MARIANA ROCHA CALEJON

RG nº 30.759.913-9 SSP/SP


 CLEBER AUGUSTO CALEJON

RG nº 25.127.846-8 SSP/SP

TESTEMUNHAS


 KLEBER GUEDES ALVES

RG nº 43.190.587 SSP/SP


 VINÍCIUS SANTOS ROCHA

RG nº 43.125.619-6 SSP/SP

"Esta lauda pertence a 31ª Alteração do Contrato Social da Sociedade Empresária Limitada denominada **SERVIX INFORMATICA LTDA**".

VANDERLEI A. C. CALEJON

HEITOR SAKODA

CLEBER AUGUSTO CALEJON

FELIPE RABANÊA DE SOUZA

MARIANA R. CALEJON

KLEBER GUEDES ALVES

VINÍCIUS SANTOS ROCHA

